

Piratini resiste a pressões para revisão de corte de benefícios

Pressão contra cortes de benefícios

Governo estadual, que desistiu do projeto de elevação de ICMS por falta de apoio, agora enfrenta a resistência ao plano B

A despeito da pressão de deputados e empresários, o governo do Estado não pretende modificar os decretos que cortaram benefícios fiscais de 64 setores econômicos e da cesta básica. A medida foi adotada como compensação à resistência da Assembleia Legislativa em aprovar o projeto que aumentava a alíquota do ICMS de 17% para 19,5, e que acabou retirado de tramitação pelo governador Eduardo Leite na segunda-feira.

Desde a publicação dos decretos, no último sábado, segmentos do setor produtivo reagiram alertando para o risco de perda de competitividade e elevação no preço dos produtos. Agora, com a retirada do projeto do ICMS e a garantia do Palácio Piratini de que os cortes terão validade em 2024, o movimento tende a se intensificar.

Até o momento, entretanto, a mobilização não foi suficiente para sensibilizar o Piratini. O vice-governador Gabriel Souza ressalta que o corte de benefícios já havia sido anunciado como "plano B" para garantir receitas e diz que não há previsão de atenuar a medida.

– Ninguém pode dizer se vai ter um impacto tão negativo agora. Estudos podem indicar para um lado ou outro, mas teremos agora que ir permanentemente acompanhando o comportamento da receita – afirma Gabriel Souza.



Governador não tem planos, por ora, de rever decretos

Pelo princípio da noventena, que determina que o aumento de tributos pode ser aplicado apenas 90 dias após sua publicação, o corte de incentivos fiscais entrará em vigor a partir de abril de 2024.

Assembleia

Na Assembleia Legislativa, as maiores bancadas partidárias afirmam que atuarão para convencer Leite a voltar atrás na disposição de passar a tesoura nos incentivos.

Não há disposição aparente, entretanto, em embarcar na iniciativa encampada pelo deputado Rodrigo Lorenzoni, líder do PL, que apresentou proposta para sustar os decretos do governador.

Líder do PP, maior bancada da base aliada, Guilherme Pasin diz que continua "buscando convencimento" do governo para adotar outras medidas no lugar do corte de benefícios. Dentre as sugestões, está a implantação de um programa de transição tributária.

Presidente da Assembleia Legislativa, Vilmar Zanchin (MDB) avalia que a discussão sobre modificações nos decretos deve ficar para o início do ano que vem:

– Temos que aguardar a avaliação de cada parlamentar, das bancadas, e as sugestões que virão a partir da escuta dos setores.

Participaram da reportagem Anderson Aires, Bruna Oliveira, Rafael Vigna e Paulo Egidio.

Seis perguntas para entender a situação

1) Se o governador afirma que está colocando em ordem as contas do Estado, por que agora diz que é indispensável aumentar a arrecadação?

Economistas afirmam que o Estado fez o enxugamento de gastos. Isso começa com a criação da previdência complementar, ainda durante o governo Sartori – reduzindo o déficit e melhorando o equilíbrio previdenciário – e passa pela reforma administrativa do governo Leite. Na outra ponta, as leis complementares (LCs) 194 e 192, aprovadas pelo Congresso em 2022, que forçaram a redução das alíquotas sobre energia, combustíveis e telecomunicações, derrubaram a arrecadação dos Estados, mas geraram compensações que inflaram momentaneamente as receitas. Isso pode ter causado um "efeito rebote" no afrouxamento de algumas despesas, que funcionavam com receitas do passado, mas já não cabem na atual.

2) O que pode pesar mais para a população: aumento de impostos ou retirada de benefícios a empresas?

Economistas afirmam que é difícil precisar. De um lado, o aumento de ICMS provoca elevação de preços mais espalhada, com potencial para atingir parcela maior da população. De outro, o corte de incentivos pega setores específicos. Mas como a retirada dos benefícios afeta itens essenciais na mesa das famílias – caso dos alimentos da cesta básica que podem ficar mais caros – o governo planeja compensar o impacto na população de baixa renda com ampliação de programa que devolve parte do imposto pago.

3) Ao propor aumento de ICMS ou redução de benefícios, o governo está dizendo que a reforma tributária será ruim para o RS?

Não. O governador foi um dos defensores da reforma, que, sim, pelo texto-base acabará com a guerra fiscal. Mas o texto, da forma como foi escrito originalmente, deu margem, com base em um dispositivo, para que as 27 secretarias da Fazenda existentes entendessem que se Estados e Distrito Federal não aumentassem impostos agora, perderiam receitas. O trecho, porém, foi suprimido e esse argumento do governo gaúcho caiu por terra.

4) Haveria um plano C ou D para evitar problemas futuros de arrecadação?

Sim. Ao avaliar a estrutura de gastos, os já contratados e os empenhados, bem como os benefícios fiscais, os economistas dizem que é necessário reavaliar de tempo em tempo a eficácia para a atividade econômica e a arrecadação. O governo alega, entretanto, que tem feito as mudanças necessárias para a sustentabilidade fiscal, reduzindo despesas, realizando reformas e privatizações, aderindo ao Regime de Recuperação Fiscal e reduzindo impostos. Contudo, as LCs 192 e 194 derrubaram as alíquotas de ICMS sem planejamento.

5) Quanto o governo arrecada e quanto gasta hoje e que números estão sendo usados pelo governador para justificar o aumento de arrecadação?

O resultado orçamentário é positivo em R\$ 6,3 bilhões no acumulado de janeiro a agosto de 2023. O saldo é o resultado entre receita total de R\$ 53,384 bilhões e despesa total de R\$ 47,044 bilhões, segundo o relatório de transparência fiscal. O Piratini atribui o superávit à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e à privatização da Corsan, que garantiu R\$ 4 bilhões aos cofres públicos no período. O argumento para elevar o ICMS ou cortar benefícios cita queda na arrecadação futura após perdas de anos anteriores e possíveis efeitos da reforma tributária.

6) Outros Estados estão na mesma situação?

Desde o corte no ICMS de combustíveis, energia e telecomunicações, 19 Estados aprovaram aumento de ICMS para compensar as perdas. No Espírito Santo, o aumento de 17% para 19,5% chegou a ser aprovado pela Assembleia, mas o governador Renato Casagrande (PSB) anunciou que revogará a medida após a alteração no texto da reforma tributária. Além do RS, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo não alteraram suas alíquotas.

Fontes: Darcy Carvalho dos Santos (especialista em finanças públicas), Antônio da Luz (economista-chefe da Farsul), Milton Terra Machado (Professor de Direito Tributário e Prática Fiscal da PUCRS e vice-presidente da Federsul), Secretaria Estadual da Fazenda e Receita Estadual.

O que dizem as entidades empresariais

Nos segmentos empresariais do Estado, houve celebração pela retirada de tramitação do projeto que aumentava o ICMS. Ao mesmo tempo, os empresários manifestam preocupação com o corte dos incentivos fiscais.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RS (FIERGS)

Sugere que os decretos de Leite sejam revogados e que a revisão de incentivos seja discutida caso a caso, com base nos dados da arrecadação de 2024.

– A proposta de elevação da alíquota do ICMS vinha polarizando a discussão. Agora, com a retirada do projeto, há espaço para dialogarmos sobre a situação fiscal do Estado em bases realistas e sensatas – avaliou o presidente da entidade, Gilberto Porcello Petry.

FEDERAÇÃO DE ENTIDADES EMPRESARIAIS DO RS (FEDERSUL)

O presidente Rodrigo Sousa Costa celebrou o recuo de Leite, mas avisou que os empreendedores seguirão empenhados na briga para que os decretos sejam anulados.

A federação pretende divulgar em breve os números do alegado prejuízo com a supressão nas desonerações. – A mobilização continua para que a gente consiga revogar esses decretos publicados durante o final de semana que tanto prejudicam o povo gaúcho – disse Costa, em vídeo divulgado na madrugada de ontem.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FARSUL)

Diz que os impactos do corte de incentivos precisam ser mensurados. – Não somos contra a revisão de incentivos fiscais, que não fomos nós que criamos. No RS, 83% dos segmentos recebem algum tipo de incentivo. O que temos dificuldade de aceitar são simplesmente cortes sem a correta mensuração do impacto – defendeu Antônio da Luz, economista-chefe da Farsul.

Dos segmentos selecionados no plano alternativo de Leite, 22% são diretamente ligados ao agro e 45% envolvem a produção de alimentos.

ENTIDADES DE SETORES DE PROTEÍNA ANIMAL

Em comunicado conjunto, afirmam que os decretos de Leite "vão afetar diretamente a geração de empregos no setor produtivo, por aumentar significativamente a carga tributária das empresas, com impacto no aumento do valor de alimentos considerados essenciais para a população, o que, ao fim e ao cabo, redundará na perda de competitividade da produção gaúcha".

O manifesto é subscrito pela Organização Avícola do RS, Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos, Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados e Associação dos Criadores de Suínos do RS.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 8